



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681086 - RR (2021/0224583-8)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ANTONIO AGAMENON DE ALMEIDA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO AGAMENON DE ALMEIDA - RR000144A  
PEDRO XAVIER COELHO SOBRINHO - RR000598  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
**PACIENTE** : THAINARA RAMOS GALVAO (PRESO)  
**CORRÉU** : EMANOEL RABELO MACIEL  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THAINARA RAMOS GALVAO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA (HC n. 9001352-86.2021.8.23.0000).

A paciente foi condenada às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial semiaberto e de 500 dias-multa, pela prática do delito de tráfico de drogas.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que o fato de a paciente ter respondido ao processo presa preventivamente não constitui motivação idônea ao indeferimento do direito de recorrer em liberdade. Além disso, aduz ser inviável o cumprimento da pena em regime mais gravoso que o fixado em sentença condenatória.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja deferido o direito da paciente de recorrer em liberdade, ou, subsidiariamente, cumprir a pena no regime fixado na sentença condenatória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, não se verifica flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão diante da existência de decisão fundamentada quanto à decretação da medida extrema.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente